

## A RESISTÊNCIA DOS POVOS ORIGINÁRIOS – DE 1500 AO MARCO TEMPORAL<sup>1</sup>

Michel Justamand

Professor Associado II do Curso de Antropologia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

E-mail: [micheljustamand@yahoo.com.br](mailto:micheljustamand@yahoo.com.br)

*Os países mais avançados estão conduzindo o mundo ao desastre, enquanto que os povos até agora considerados primitivos [que são os chamados de originários no Brasil] estão tratando de salvar o planeta inteiro. Então, a menos que os países ricos aprendam com os indígenas estaremos condenados todos a destruição!*  
Noam Chomsky

### RESUMO

O texto se divide em três partes: a 1ª parte – As minhas influências como historiador e antropólogo de formação e arqueólogo por pesquisar vestígios humanos; 2ª parte – Contribuições das/os autores indígenas e outras/os para a resistência e luta; e, por fim, 3ª parte – A situação atual e seus desdobramentos como a luta pelo Marco Temporal, condição sine qua non para a continuidade do modo de vida indígena, seja nas aldeias/comunidades ou em outros locais.

**Palavras-chave:** Povos Indígenas; Marco Temporal; Educação Intercultural e Bilíngue.

### THE RESISTANCE OF THE ORIGINATING PEOPLE - FROM 1500 TO THE TIME MARK

#### ABSTRACT

The text is divided into three parts: the 1st part – My influences as a historian and anthropologist by training and archaeologist for researching human remains; 2nd part – Contributions of indigenous authors and others to resistance and struggle; and, finally, 3rd part – The current situation and its consequences such as the struggle for the Temporal Framework, a sine qua non condition for the continuity of the indigenous way of life, whether in villages/communities or elsewhere.

**Keywords:** Indian people; Timeframe; Intercultural and Bilingual Education.

### 1 INTRODUÇÃO

Ao iniciar este texto gostaria de registrar meus agradecimentos ao Sr. Shigeaki Ueki Alves da Paixão, pela indicação na organização do II Seminário Internacional de Educação Intercultural e Bilíngue no espaço virtual da Universidade Federal de Roraima – UFRR, em seguida, evidentemente, a todo o carinho e disposição, da Profa.

---

<sup>1</sup> Este trabalho foi apresentado oralmente na Mesa Redonda intitulada “ReXistência indígena: histórias de lutas em processo” dia 10/11/2021 das 18:40h - 20:30h, no II Seminário Internacional de Educação Intercultural e Bilíngue, realizado no período de 8 a 11 de novembro de 2021, no espaço virtual da Universidade Federal de Roraima – UFRR.

Dra. Gisele Cristina de Boucherville, pelo convite. Saúdo também o Mediador: Prof. Reinaldo da Silva Oliveira (UFRR/INSIKIRAN). Meus cumprimentos a quem me antecedeu, o senhor Dário Kopenawa, (UFRR/INSIKIRAN), ativista, representante do povo Yanomami e a quem veio a seguir, Senhora Mara Barreto Sinhosewawe Xavante, ativista, representante do povo Xavante. É um enorme prazer ser precedido e sucedido por pares indígenas, ativistas conhecidos e reconhecidos em seus povos e, evidentemente, por nós.

Na ocasião, relatei meu ensejo em contribuir com tão importante evento na região amazônica, participações de colegas do país e de fora, promovido pela Universidade Federal de Roraima – UFRR. Frisei e lembrei a presença de importantes intelectuais e lideranças indígenas atuais, além dos que citei antes, além disso, estendi cumprimentos pela presença e participação. Por fim, pedi licença ao nossos ancestrais para apresentar humildes contribuições aos que nos leem, sabendo que não conseguiria resolver tudo em uma fala e por não ser o maior conhecedor de todas as histórias dos povos originários no país. Pois, ofereceria apenas contributos, ideias, reflexões e motivos para pensar o mundo de outra forma.

Portanto, nosso texto se divide em três partes: a 1ª parte – As minhas influências como historiador e antropólogo de formação e arqueólogo por pesquisar vestígios humanos; 2ª parte – Contribuições das/os autores indígenas e outras/os para a resistência e luta; e, por fim, 3ª parte – A situação atual e seus desdobramentos como a luta pelo Marco Temporal, condição *sine qua non* para a continuidade do modo de vida indígena, seja nas aldeias/comunidades ou em outros locais.

## **2 Primeira parte**

Enquanto historiador, preciso demarcar que já tínhamos história, como povo ou construção de uma identidade deste, muito mais que um amontoado de grupos, que invasores, de ontem e de hoje, querem nos fazer crer. Lembrando o historiador indígena Kaka Werá Jecupé em seu majestoso livro que nos conta sobre a presença nessas terras com mais de mil povos. Seguramente, esse número é muito maior, devido, é claro a todas as chacinas perpetradas no que se convencionou chamar de terra brasilis, ou Brasil. Jecupé se preocupa com os desdobramentos dos usos da terra, mãe de todas/os. Ela, garantidora das culturas, modos de vida e sociedades indígenas e ou povos originários (JECUPÉ, 1998).

Outro historiador, pouco reconhecido, não tendo sua obra a merecida divulgação, é Benedito Prezida, **História da Resistência Indígena – 500 anos de luta**. Ele nos conta sobre todo o trajeto de acontecimentos relativos ocorridos de 1500 até os dias de hoje. As inúmeras lutas pela manutenção do direito do uso das terras estão ali, demonstradas, com riqueza de detalhes. Sugiro a leitura e consulta de todos para o aprofundamento dos conhecimentos sobre a história de luta e resistência que nos antecederam. O autor nos demonstra com toda certeza, clareza e riqueza de detalhes, que não pode deixar de ser notada, houve sim conquista, exploração e destruição proporcionada pela chegada europeia nas Américas, não só no Brasil (PREZIA, 2017). Mas, é preciso lutar, não aceitar e buscar mudar. Contar outras histórias, é preciso!

Lembro-lhes que, por meio do estudo das artes rupestres, no estado do Piauí, atualmente, já andei por outros locais do país, em busca de conhecer com profundidade a presença humana e seus vestígios mais ancestrais. Estive na região de Pacaraima, onde há belas marcas da presença ancestral dos povos originários (JUSTAMAND, 2012, p. 51). Dessa forma, elas são o próprio marco temporal da presença humana ancestral funcionam como motivos de legitimação do pertencimento das terras aos povos originários e seus descendentes.

Aliás, são inúmeros os vestígios passíveis de reconhecimento da presença humana ancestral, arte rupestre (gravuras e pinturas), cerâmicas, ossadas, materiais líticos, em Roraima, inclusive, (RIBEIRO, 1997, p. 03-24). Esses resquícios estão aí para atestar, indubitavelmente, a diversidade sociocultural dos grupos humanos que nos antecederam. Tal produção se encontra espalhada por todo o território nacional. Algo que é incontestável. Esses vestígios, resquícios, marcas, atestam a presença ancestral e garantem, ao meu modesto modo de ver, marco temporal, sim, de propriedade de terra, o tão debatido atualmente no Supremo Tribunal Federal – STF.

Os povos originários apresentam vasto conhecimento sobre os mais diversos espaços, ambientes e geografia da terra chamada de Brasil. Mas, que antes tinham outros nomes, claramente. Assim, aqui retomo ao livro **A terra dos 1000 povos** – de Kaka Werá Jecupé (1998), para ampliar esse conhecimento sobre os habitantes ancestrais.

Vale lembrar que em **Preconceito conta a origem geográfica e de lugar. As fronteiras da discórdia**. Durval Muniz Albuquerque Júnior informa que quem nomeava, como foi feito no Brasil colonial, eram os que chegavam e davam o nome

de índios, para os que estavam, e dominavam o outro. É, infelizmente, nomear é o mesmo que dominar a outrem e a sua cultura. Impondo, também, sentidos para essa dominação do uso, especialmente, da terra, seguida da mão de obra e de outros aspectos da vida cotidiana (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007). Assim, infelizmente, a maior parte das denominações dos conhecidos povos indígenas que chegaram até os dias de hoje são pejorativas. É preciso se levantar contra essas denominações também. A denominação de cada povo deve ser o que representa melhor a si, cada grupo étnico, cultural, social, com suas próprias palavras e saberes, que escolham suas identidades sociais e se apresentem de tal forma.

Tratar da ideia do termo povos originários – indico uma publicação sobre esse tema na revista SOMANLU, intitulada Contribuições artísticas e socioculturais dos povos originários, as pinturas rupestres (JUSTAMAND, 2016). Ali mostro a importante contribuição dos primeiros habitantes das terras brasilis para a construção da sociedade atual. Há indícios de como podem ter sido a vida desses ocupantes ancestralmente. Saliento que em outras publicações analisei questões da fronteira amazônica, Brasil, Peru e Colômbia (JUSTAMAND, 2015), e o exemplo de uma etnia, em especial, para as questões nacionais que é a TICUNA (JUSTAMAND, SOUSA e PINTO, 2017). Textos que podem, junto com outros, contribuir para elucidar a importância da resistência e das lutas por direitos indígenas, incluindo a principal que é a da preservação do que está previsto na Constituição Federal de 1988, sobre a terra, tradições e costumes.

A antropóloga Berta Ribeiro, em seu livro, **O índio na História do Brasil**, trata de nos lembrar as contribuições herdadas por todos nós. Heranças que precisam ser valorizadas, anotadas e sempre indicadas. Algumas dessas heranças são a de como aprender a viver nos trópicos, cultivo dos frutos, comer raízes, as mais diversas e diferentes formas de se alimentar, conhecer a língua local, as artes da construção de moradias, as embarcações menores, instrumentos musicais, armadilhas de caça, rede de dormir, fumo, tomar banhos diários, andar descalços, descansar de cócoras, entre outras incontáveis heranças (RIBEIRO, 2001) que estão presentes no cotidiano sociocultural, econômico, alimentar, artístico, político de todos nós.

Valho-me de um outro historiador para tratar de aprofundar as questões da resistência, das lutas e importância da história para se entender tudo o que ocorreu e daí para adiante buscar as reparações, mudanças e conquistas. Em **As lutas do povo brasileiro**, Júlio José Chiavenato, trata das lutas dos povos indígenas como uma luta

de quinhentos anos. Desde muito cedo os Bandeirantes, homens mestiços e brancos, em sua maioria, foram os responsáveis pelas maiores atrocidades e de toda sorte/azar cometidas contra os mais diferentes grupos humanos (CHIAVENATO, 1988). Sendo homem branco como sou, tenho muita vergonha, desses meus antepassados e de tudo que fizeram. Por isso, nesse momento, e sempre desejo e me empenho em total apoio às lutas e resistências indígenas de ontem e de hoje.

Chiavenato lembra de inúmeras atrocidades como arrancar orelhas, genocídios, raptos, expor as/os indígenas como animais exóticos ao rei de Portugal. Transformar o ocupante original em um arquétipo rude, passível de ser considerado um animal feroz, que pode e deve ser domado, docilizado, domesticado, explorado e retirada a sua posse (CHIAVENATO, 1988).

Ronaldo Vainfas, outro historiador, nos é útil para tratar das questões da imposição religiosa. Em seu livro **A heresia dos índios**, nos mostra que ocorreu uma tremenda guerra de imagens culturais durante o encontro dessas culturas distintas. Os que aqui chegaram se acharam no direito de impor ou desqualificar as imagens e ou construções culturais que já existiam. Ao apresentar suas crenças, dadas como as certas, perfeitas e, mais do que isso, as que deveriam ser seguidas (VAINFAS, 1995). As religiosidades dos povos originários foram e são, infelizmente, junto de outras tantas manifestações presentes na vida local, atacadas. Sendo que discordamos e nos insurgimos, contra. Pensamos ao contrário, a cultura local tem que ser valorizada. Contando suas histórias e trajetórias.

Volto a Chiavenato, ao nos lembrar que esses eram considerados errados por lutarem por suas terras, conhecidas, usadas e compartilhadas cultural e socialmente, há milhares de anos (CHIAVENATO, 1988). Como pode isso? É o mesmo que falar que não podemos defender o que é nosso por direito de herança.

O autor aponta ainda os estupros, promovidos contra as mulheres indígenas. Fato que ocorreu ao longo de toda História do Brasil, e o pior que ainda se nota isso. Circunstâncias totalmente repugnantes, que eu me insurjo e espero que todos aqui também tomem essa posição. Escravizar a força era outra metodologia adotada. Outra ocorrência que não se pode nem se deve continuar. Para ele houve também as transferências forçadas que se submetiam aos olhares dos “cristãos” (CHIAVENATO, 1988). Gente, que se dizia, de alma boa e, claro, disposta a cuidar da melhor forma possível, tudo enganação. Mas que, na verdade, lucraram muito com essas suas tais boas intenções.

O mesmo autor, nos traz à lembrança que as guerras do contato e as epidemias transmitidas de formas propositais (CHIAVENATO, 1988). Algo recorrente, mas que, todavia, se repete nos dias atuais, contra as populações vulneráveis. Os povos indígenas, infelizmente, estão entre esses grupos desprotegidos. Assim, como os moradores de rua, quilombolas, ciganos, entre outros tantos.

Não podemos nos esquecer que no século XVII o trabalho nos canaviais revelou um cálculo de 300 mil mortos indígenas pelas mãos bandeirantes. Transformaram em escravos a todas/os que puderam, nos interiores do território. As buscas pelos incrementos do cultivo da cana contribuíram, também para a ampliação da caça, os negros da terra.

Sobre a questão da cana de açúcar, é bom salientar, que os famosos bandeirantes tiveram papel preponderante, em **Os negros da Terra – índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**, de John Manuel Monteiro, são esclarecidos motivos, de como se deu a exploração e as formas do cativo colonial, em especial, da mão de obra dos povos originários. Ações promovidas por esses paulistas, que, infelizmente, como uma praga, se espalharam por todo o território nacional. As fazendas do interior paulista foram os espaços de acomodações de escravos índios para a sua exportação a outras partes do país. Ainda mais com a invasão holandesa. Essa que fez com a mão de obra indígena passasse a ter um outro aspecto de interesse aos donos de plantações pelos interiores, por conta dos custos serem mais em conta que os da mão de obra escrava negra (MONTEIRO, 1994).

Os bandeirantes eram os responsáveis pelo transporte, venda e exploração. Situações essas que, sem dúvidas, abominamos, e precisam ser lembradas, demarcadas e modificadas. A construção da nossa história enquanto nação deve lembrar desses detalhes para lutar por reconhecimentos e mudanças.

Todavia, não foi sempre e nem em todos os locais do mesmo modo...

Maria Fernanda Garcia escreve que no século XVIII, Ajuricaba, liderança histórica indígena, da região amazônica, deve ser reconhecida nos manuais de História do Brasil, por ter conseguido congrega diversas tribos locais. Organizando um sistema de vigilância que dificultava o deslocamento dos portugueses pelos rios e lagos. A área dos conflitos ia do baixo Rio Negro ao Rio Branco. Ele travou com os seus pares intensa luta pela vida, pelas terras (GARCIA, 2019). Algo muito valoroso e que deve servir de exemplo. Por esse motivo é lembrado aqui. Ele como tantas outras

e outros têm contribuições na história do país, nas questões das lutas e resistências às mais diferentes imposições sistemáticas.

Retorno a Chiavenato que nos conta que já no século XVIII o ouro se torna um tremendo problema para os indígenas. Graças a encontrarem essa preciosidade em terras ocupadas por índios, esses se tornaram mais ainda perseguidos, explorados, escravizados e assassinados. Após esses dois momentos a busca é a de mostrar que as populações indígenas, e por consequência, seus descendentes são preguiçosos e que não lutam por seus direitos. Dessa forma, considerando-os nessas condições, negam as suas lutas e direitos. Buscam a submissão indígena (CHIAVENATO, 1988). Friso que existiram autores que trataram essa situação como natural e normal, como Oliveira Lima, defensor do sistema de controle, exploração e escravidão. Descreve que: **a escravidão é um progresso sobre o sacrifício humano**. Para esse autor era preciso manter a escravidão (CHIAVENATO, 1988). Algo que somos contra e que não se deve nem se pode aceitar.

Chiavenato (1998) ainda nos aponta que é um desejo histórico dos grandes empreendedores: **Transformar o território nacional como propriedade de quem invade**. Talvez essa seja a nossa pior herança. A ser combatida e modificada. Em todos os momentos, instâncias e condições.

Em outros momentos da história da nossa terra, como as vividas durante a ditadura, são contados em detalhes em numerosos artigos, livros, matérias jornalísticas. Entre elas, o livro **Nossos índios nossos mortos**, de Edilson Martins, em que apresenta uma série de reportagens sobre o Parque do Xingu, mas não somente isso, atuou em outros locais com as questões indígenas. Porém, é o Xingu, um dos locais ainda hoje, emblemáticos da luta dos povos originários contra todas as formas de destruição, desqualificação, dominação, exploração, dos descendentes dos primeiros habitantes do país. Donos legítimos da terra brasilis. No Xingu, como em outras partes do território, temos uma série de etnias que convivem e que procuram manter seus laços culturais e modos de vida. O parque é um símbolo da luta pela terra indígena. O autor nos revela toda a destruição sistemática e feroz, com suas reportagens, imagens e entrevistas. De toda forma, Martins nos enche de esperança, com suas palavras, quando sonha com que nos conscientizemos de que onde há índio, há floresta (MARTINS, 1978). Lembro da antropóloga/etnóloga Carmen Junqueira e suas importantes contribuições sobre as relações dos povos desse parque como exemplos de vida para nós (JUNQUEIRA, 2018; 2019a; 2019b,

JUSTAMAND, ALBUQUERQUE e VITTI, 2019a; 2019b). E é dessa floresta, rogo que ela permaneça de pé, que todas/os ancoram, demandam e dependem em suas vidas. Seja na região amazônica seja em outras partes.

Retomo a epigrafe, ou seja, Chomsky tem razão. Precisamos aprender a viver com e como os povos originários! Eles são o maior exemplo de como lidar com a vida, natureza e em sociedade. Valorizemos esses saberes ou será tarde demais.

Não posso deixar de lembrar que entre os anos 40 e 60 do século passado, ou seja, um pouco antes e durante a ditadura civil-militar no país, foi construído o Relatório Figueiredo (BELTRÃO, 2022)<sup>2</sup>. O relatório com mais de 7.000 páginas produzido em 1967 pelo procurador Jader de Figueiredo Correia a pedido do ministro do interior brasileiro Afonso Augusto de Albuquerque Lima. Correia descreve as inúmeras formas de violências praticadas por latifundiários brasileiros e funcionários do Serviço de Proteção ao Índio – SPI contra índios brasileiros. Espancamentos, torturas, escravidão, entre outras, contra as mais diferentes etnias indígenas do Brasil (CORREIA, 2013). Um passado que não queremos de volta. É preciso conhecer para não esquecer. Lembrar para demarcar que outro país e mundo são necessários, não queremos voltar a isso nunca mais!

Volto a Chiavenato que desmitifica a ideia corrente da passividade do povo brasileiro, que suportaria as diversas formas de opressão política e de exploração do trabalho sem reagir (CHIAVENATO, 1988). Levantemo-nos contra qualquer forma de dominação!

Há algumas instituições e autores que contribuem na luta contra todas as formas de dominação contra os povos indígenas. Abordaremos a seguir suas abrangências, atuações e contribuições.

### **3 Segunda parte**

O Instituto Socioambiental – ISA é uma organização não governamental fundada em 1994. Tem como objetivo defender bens e direitos sociais, coletivos e difusos, relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, e aos direitos dos povos indígenas do Brasil. Mas a meu, modesto, ver o ISA tem contribuído, salutarmente,

---

<sup>2</sup> Esse livro recém lançado apresenta inúmeras contribuições para as reflexões necessárias para se entender o que foram as ações do Estado Nacional contra os povos originários, descritos no Relatório Figueiredo. Vale a pena consultar, ler e debater.



com uma série de publicações, que são o carro chefe, da instituição no que diz respeito a sua importância sociocultural, política e ambiental. Por meio dessas publicações, livros, apostilas e mapas, temos clareza do que tem ocorrido com os mais diferentes povos indígenas nas últimas décadas. Cito em especial a coleção **Povos Indígenas no Brasil**, lançado a cada 05 anos, em média, contando um resumo da situação desses povos. São uma série de artigos, notícias, fotos, mapas, em cada um dos volumes, compondo uma rica contribuição para se entender melhor a condição de vida indígena e dali partir para as reivindicações de melhorias, resistência e luta. Dessa maneira, outra história dos povos originários é possível ser imaginada ao lermos essas obras.

Em específico, preciso citar quem tem atuado sistematicamente com questões indígenas, por ser essa minha fala dentro de uma instituição federal, na região norte, em especial, no estado de Roraima, onde muitos povos lutam por suas terras. Por isso mesmo são atacados, ordenadamente, por terem conseguido algumas, poucas, demarcações. Menciono alguém que conheço e que tem produzido sobre o momento político econômico atual e suas relações com a questão indígena roraimense.

Como é o caso da **SECOYA – Associação Serviço e Cooperação** com Povo Yanomami é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, que atua desde 1991 junto ao Povo Yanomami do Médio Rio Negro, do estado do Amazonas, através de ações nos campos de Educação Escolar Diferenciada, Educação em Saúde, Capacitação Política e Técnica, além do Apoio ao processo organizativo. Ela trabalha na base da interculturalidade reconhecendo a necessidade de atuar para reduzir os danos da assimetria de poder do mundo não Yanomami, estrangeiro, em relação às culturas indígenas.

Atuando no campo das políticas públicas cujo objetivo é o protagonismo Yanomami e a defesa de seus direitos. Faço isso para valorizar a contribuição, da SECOYA, dos escritos e esforços de quem milita há anos, por exemplo, pela saúde e educação dos Yanomâmi, e que se envolveu de corpo e alma, tal como Silvio Cavuscens, o qual defendeu seu mestrado a pouco tempo, sobre essa temática, a luta por melhores condições de vida ianomâmi. Atualmente escreveu dois capítulos de livros, onde sou um dos organizadores, por esse motivo, posso atestar, a importância da preocupação do Silvio com as condições de vida dessa sociedade indígena. Nesses dois escritos tratou da negação dos direitos constitucionais e a violência contra

os povos indígenas. Apresentando evidências de genocídio no (des) governo Bolsonaro (CAVUSCENS, 2021a e 2021b).

Não posso me furtar a citar a Fundação Nacional do Índio (Funai). O órgão indigenista oficial do Estado brasileiro que foi criado em 1967, vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. Era para coordenar e executar as políticas indigenistas do Governo Federal, proteger e promover os direitos dos povos indígenas. Mas não temos visto isso. Muito menos as outras atribuições identificar, delimitar, demarcar, regularizar e registrar as terras ocupadas pelas nações indígenas. Após o atual governo federal se colocar como contrário as demarcações e direitos dos povos indígenas.

A Funai não tem promovido políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável das populações indígenas e nem reduzido os possíveis impactos ambientais causados por agentes externos nessas terras; nem tem provido, aos indígenas, o acesso diferenciado aos direitos sociais e de cidadania, como o direito à seguridade social e à educação escolar indígena. Deveres que a instituição não tem se empenhado ou mesmo esquecido, propositalmente, de cumprir. Situação institucional que é preciso ser modificada e melhorada. Infelizmente, no atual mandato institucional. Mas se alguém achar que sim. Que a Funai tem feito o que deve e se propôs, que apresente seus argumentos ao fim da minha exposição.

Como professor, todas/os sabem, professor gosta de indicar livros, leituras etc.

Por isso, recomendo fortemente a leitura de dois bons manuais produzidos pelo Ministério Público Federal – MPF. **Nominados Povos indígenas: prevenção de genocídio e de outras atrocidades**, de 2021. Esse para se aprofundarem sobre ser contra todas as formas de assassinatos indígenas. A outra **Manual de jurisprudência dos direitos indígenas**, de 2019, para terem outras visões sobre a legislação vigente e suas histórias. Dali podem ser tiradas muitas dicas de como promover e processar a União e requerer direitos.

É importante destacar a história e construção dos **Movimentos indígenas**. Eles têm se caracterizado pela atuação em três frentes: 1 – Formação de lideranças próprias, algo fantástico para todas as formas de resistências e lutas; 2 – Articulação entre os povos, básica para o fortalecimento das mais diferentes pautas de reivindicações de direitos; e 3 – A aproximação, ampliação e relacionamentos com os mais diversos parceiros, como as entidades de apoio e com o Estado. Sem dúvidas, esse movimento, tem lastro histórico, e ganhou força com a presença dos índios no

Congresso Nacional durante a Constituinte de 1988. Algo que os representantes atuais têm levado a cabo, resistir e lutar por uma outra história, escrita por elas/es, não mais por outras/os.

Não posso deixar de dizer que os movimentos indígenas estão espalhados por todo o território nacional. Atuando de forma representativa em várias pautas. Uma delas não pode deixar de figurar aqui... a questão das lutas das mulheres indígenas. Recentemente, publicado dia 13 de setembro de 2021, as Guerreiras da Ancestralidade, como são conhecidas, lançam manifesto REFLORESTARTAMENTOS durante a II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, na sexta-feira, 10, em Brasília, informado pelo site do Conselho Indigenista Missionário – CIMI. Construindo outros olhares para a história. Assim, as/os guerreiras/os seguem lutando e resistindo! Isso é bom, certo e deve continuar.

O CIMI, como entidade, acredita que os povos indígenas são fontes de inspiração para a revisão dos sentidos, da história, das orientações e práticas sociais, políticas e econômicas construídas até hoje. É no que acreditamos, também. Então, nesse caso, estamos do mesmo lado. Por um mundo onde os direitos indígenas e, das ditas minorias, como os quilombolas, sejam preservados, preferencialmente, resguardados e, ampliados.

Lembro agora que a intelectualidade indígena está em alta. Isso é muito bom, salutar para todas/os no país e deve continuar prosperando. São muitos e bons escritoras/es. Autoras/es com reconhecimento nacional e internacional. Contribuindo significativamente a todas as formas de resistência, luta e novas contagens da nossa história, enquanto nação. Citarei quatro para não me alongar muito. Como um aperitivo para quem tenha interesse e conheça mais e melhor. A produção indígena é muito maior. Há outras muitas publicações.

O primeiro é Ailton Krenak que se destaca historicamente na defesa dos direitos indígenas. Algo que faz desde sempre. Reconhecido por sua histórica participação na Assembleia Constituinte de 1988. Atualmente tem contribuído para a formação de lideranças e com seus escritos e aulas gravadas, feito muitos de nós pensarmos em outros possíveis mundos. Só para citar uma das suas inúmeras obras, com impacto social, é o livro **Ideias para adiar o fim do mundo**. Baseado em algumas de suas conferências. Trata da presença da natureza como um parente e que estaria presente em tudo. Lembra também a importância da terra para todos os povos indígenas. Como mãe e como sagrada. Por esses motivos não pode ser explorada, usurpada. É nessa

mesma terra que vivemos. Ela contribuirá para evitar o fim do mundo (KRENAK, 2019). Dessa maneira, por meio de tais ensinamentos, temos que aproveitar para pensar o mundo, o país, a região Amazônica e os povos originais, indígenas e quilombolas que são os que mais sofrem.

Outra voz dissidente é a de Daniel Munduruku. Engajado no movimento indígena brasileiro. Conta com inúmeras publicações como o Ailton. Livros, artigos e entrevistas que com suas escritas e falas contribuem para nos ajudar a pensar um outro mundo. Quero salientar uma dessas obras. Onde ele trata de uma outra história para o país. Como já observada por Kaká, lá no começo da nossa conversa. Em **O banquete dos deuses. Conversas sobre a origem da cultura brasileira**. Revela um outro país, desconhecido para a maioria. Aborda as contribuições culturais das sociedades indígenas para o Brasil. Reforça a importância da ética social e da diversidade cultural, que precisam ser valorizadas (MUNDURUKU, 1999). Esse é um importante contributo do autor para as reflexões de quem ler. Construindo pontes para as nossas resistências de outro modo de ver, ouvir e escrever nossa história e identidade enquanto país plural, multifacetado e dinâmico.

Gersem Baniwa é o terceiro. Envolvido, como professor e em outras funções administrativas, com educação indígena. Tem contribuído com a construção de organizações indígenas. Eu como bom adepto de Paulo Freire, acredito na educação como uma contribuição para libertação. Ela também é importante para ajudar a conscientização, resistência e luta dos povos. Gersem trilha o mesmo caminho reflexivo que eu. Isso porque entre as publicações dele, uma me chama muito atenção, faz tempo. É o capítulo de livro **Diversidade Cultural, Educação e a questão indígena**. Adotei esse texto em diversas aulas minhas na UFAM, quando lá atuei, entre 2009 e 2020, no curso de Antropologia, na cidade de Benjamin Constant, no Alto Solimões. Foi sempre muito bacana a devolutiva dos estudantes. Elas demonstravam a importância de se tratar dos diversos povos indígenas seus costumes culturais, línguas e formas de vida. Lembra-nos que a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, teve uma forma de contribuição cultural inesperada, a divulgação de músicas, gravadas por indígenas debatendo a questão, em forma de forró. Ele conta que as pessoas, em Roraima, dançavam, animadamente, a noite toda, sob esse ritmo. A partir daí foram se acostumando com a temática e aceitando melhor a situação (GERSEM, 2008). Assim, Gersem mostra uma forma alternativa de resistir, lutar e mudar a história. Construindo pontes sociais. Ampliando a conscientização.

Por fim, não posso deixar de citar, alguém que merece nosso total respeito por suas contribuições a vida, a sociedade, a ciência, ao mundo, nas palavras de Vitor Paiva:

Uma das mais importantes e ativas lideranças indígenas brasileiras da atualidade, o escritor e xamã Davi Kopenawa Yanomami foi recentemente eleito para integrar a Academia Brasileira de Ciências – em gesto de reconhecimento por sua contribuição na expansão do conhecimento científico, das possibilidades da ciência no país e pela valorização da cultura indígena e de sabedorias ancestrais. A eleição de Kopenawa é, portanto, um marco – de reconhecimento de sua atuação pública como um “relevante serviço à instituição ou ao desenvolvimento científico nacional” (PAIVA, 2020).

#### 4 Terceira parte

Há alguns autores que tem se dedicado, ao longo de toda sua carreira, no conhecimento ou entendimento das lutas por melhores condições para os povos indígenas. A Antropóloga Manuela Carneiro da Cunha cumpre essa tarefa por meio de seu ofício, com muita dedicação e afinco. Apontando as mazelas e os usos indiscriminados das leis. Muitas vezes distorcidos para beneficiar uns poucos. Mesmo que não tenham sido constituídos para proteger os mais possuídos e, sim os povos indígenas. Ela descreve, no capítulo de livro **Três peças de circunstância sobre direitos dos indígenas**, um trajeto histórico da posse das terras indígenas que deveria ser incontestes:

O Frei Francisco de Vitória, dominicano espanhol, do século XVI, considerado um fundador do direito internacional, não só argumentava que os indígenas eram “verdadeiros senhores [de suas terras] pública e privadamente”, mas, até, que o papa não tinha autoridade para atribuir os territórios da América à Espanha e Portugal (CUNHA, 2021, p. 28).

Acrescenta-nos ainda que:

Além disso lembra que os reis portugueses reconheceram, em várias leis, os direitos dos indígenas sobre suas terras: o alvará de 1o de abril de 1680, mais tarde incorporado na lei pombalina de 1755 (CUNHA, 2021, p. 29).

Enquanto que:

José Bonifácio, em 1823, começa sua proposta para a “civilização dos índios bravos” pedindo “justiça, não esbulhando mais os índios, pela força, das terras que ainda lhes restam, e de que são legítimos senhores, pois Deus lh’as deu”. E Rondon e Roquette Pinto, no começo do século XX, insistem que nossa relação com os indígenas é a da “grande dívida, contraída desde o tempo dos nossos maiores, que foram invadindo seu território, devastando sua caça, furtando o mel de suas matas, como ainda agora nós mesmos fazemos” (CUNHA, 2021, p. 29).

Cunha lembra ainda que:

Juristas como João Mendes de Almeida Júnior ([1921]1980) e Octavio de Langgaard Menezes (1930), este em conferências diante da Academia de Direito Internacional de Haia, sustentam argumentação que vai no mesmo sentido, lembrando, o primeiro, que o indigenato é um título congênito de posse territorial, não sujeito à legitimação, em contraste com a ocupação, que é um título adquirido (CUNHA, 2021, p. 29).

Assim, decreta a autora:

É na mesma perspectiva que deve ser entendido o artigo 198 da Constituição de 1967 e de todas as Constituições Republicanas desde 1934, que garante as terras indígenas: reconhecimento de um direito histórico (CUNHA, 2021, p. 30).

Finalmente, faço uso das palavras do professor de Direito Gustavo Proença, sobre a constituição de 1988. Para ele a constituição estabeleceu que os direitos dos índios sobre as terras que tradicionalmente ocupam são de natureza originária. Ali está assegurado o respeito à organização social, aos costumes, às línguas, crenças e tradições. Dessa forma, os índios têm a posse das terras, que são bens da União. E os índios, suas comunidades e organizações, são partes legítimas para ingressar em juízo, em defesa dos seus direitos e interesses. “A necessidade de demarcação da terra indígena é a espinha dorsal de toda a luta ancestral da população indígena no Brasil” (PROENÇA, 2017, p. 01-03).

Então, valho-me de Ailton Krenak, que sobre o marco temporal diz: “Marco temporal é a maior privatização de terras do país” (2021, p. 01). Infelizmente temos que passar por uma situação dessas no nosso país, onde já deveríamos ter concluído todas as demarcações de terra.

Segundo informações da mídia, em 16 de setembro, de 2021, em AMAZÔNIA: notícia e informação: Lideranças indígenas protestam na capital de Roraima e denunciam os impactos da negligência do Governo Federal. Os Yanomami e outros povos marcharam em boa vista para denunciar invasão garimpeira e colapso na saúde. Não existe outra saída. Resistência, luta e para construir outra história.

## **5 Finalizando**

A partir de um cabedal histórico, antropológico e arqueológico, somado às questões institucionais, intelectualidade indígena e aos debates atuais, como o marco temporal, enxergamos outras alternativas de lutar, resistir e de como contar a história, muitas vezes, emudecida, esquecida e ou contada pelos vencedores.

Não posso me esquecer de uma série de novos acontecimentos, que são sintomas das ininterrupções das explorações contra os povos indígenas. Como as invasões de terras por garimpeiros ilegais, suas máquinas e os consequentes problemas e mortes para as/os Yanomami, por exemplo, relatado em **Duas crianças Yanomami morrem sugadas por máquinas do garimpo em Roraima**, dia 14 de outubro de 2021 (JORNALISTAS LIVRES, 2021).

Uma outra forma de ver e pensar o mundo é preciso e urgente!

Concluo com Chomsky, para ele

Mais grave ainda é que cientistas brasileiros descobriram recentemente que a parte sudeste da Amazônia já passou de um sequestrador de carbono para um emissor de carbono, muitas décadas antes do esperado, muito antes. Isso vai se estender pelo resto da Amazônia, a seca torna áreas agrícolas maiores basicamente inutilizáveis. Também é um grave prejuízo para o mundo inteiro, mas particularmente para o Brasil. Esses são problemas que não podem ser adiados. A menos que o Brasil seja capaz de lidar com esses problemas, ele não estará mais entre nós dentro de algumas décadas de qualquer forma viável. Portanto, claro, também significa genocídio para a população indígena, que está lutando duro e tentando ser ouvida, suplicando por algum apoio. Só que, da vista aérea, a ironia é indescritível. Estas são as pessoas que têm preservado os recursos nas florestas. Agora, são eles que estão sendo dizimados pela nossa destruição dos recursos. Quero dizer, se há alguma história – e não sei se haverá – e as

peças olharem para trás, eles não saberão como descrever, alertou. (CHOMSKY, 2021)

Ou tomamos providências e contribuimos para melhoria da vida de quem protege a vida de todos ou seremos devastados. Tenho certeza de que outro mundo é possível. Um mundo onde caibam todos os mundos, os mais diferentes e diversos. Exatamente, como assinalam as/os zapatistas do Exército Zapatista de Libertação Nacional – EZLN, diretamente das florestas do sudoeste mexicano. Por tudo isso, que foi dito., história, legislações, instituições, intelectuais e fatos. O Brasil é terra indígena! É tudo nosso! Fora genocida! Fora. Muito obrigado pela oportunidade!

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Preconceito conta a origem geográfica e de lugar. As fronteiras da discórdia.** São Paulo: Cortez, 2007.

AMAZÔNIA: notícia e informação. Yanomami marcham em boa vista para denunciar invasão garimpeira e colapso na saúde. 16 de setembro de 2021. Disponível em: <https://amazonia.org.br/yanomami-marcham-em-boa-vista-para-denunciar-invasao-garimpeira-e-colapso-na-saude/>. Acesso em 01 de outubro de 2021.

BANIWA, Gersem. **“Diversidade Cultural, Educação e a questão indígena”**. In: BARROS, José Márcio. *Diversidade cultural: da proteção à promoção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, P. 65-75.

BELTRÃO, Jane Felipe (org.). Relatório Figueiredo – atrocidades contra povos indígenas em tempos ditatoriais. Rio de Janeiro: Mórula, 2022.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Manual de jurisprudência dos direitos indígenas**. 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais. Brasília: MPF, 2019

BRASIL. Ministério Público Federal. **Povos indígenas: prevenção de genocídio e de outras atrocidades**. Brasília: MPF, 2021.

CAVUSCENS, Silvio. **A negação dos direitos constitucionais e a violência contra os povos indígenas apresenta evidências de genocídio no governo Bolsonaro – parte 1**. In: *Amazônia dissidente* JUSTAMAND, Michel; OLIVEIRA, Alexandre; ANDRADE, Vânia Cristina Cantuário de. Volume 1. Embu das Artes, SP: Alexa Cultural; Manaus, AM: Edua, 2021a, P. 257-280.

CAVUSCENS, Silvio. **“A negação dos direitos constitucionais e a violência contra os povos indígenas apresenta evidências de genocídio no governo Bolsonaro” – parte 2**. In: *Amazônia dissidente* JUSTAMAND, Michel; OLIVEIRA, Alexandre; VIEIRA, Raimundo Dejard.. : Volume 2. Embu das Artes, SP: Alexa Cultural; Manaus, AM: Edua, 2021b, P. 225-254.



CHIAVENATO, Júlio José. **As lutas do povo brasileiro. Do “descobrimento” a Canudos**. São Paulo: Moderna, 1988.

CHOMSKY, Noam. **“Raramente vi um país onde a elite tem tanto desprezo pelos pobres como o Brasil”**. Entrevista exclusiva à TV 247. Disponível em: <https://www.brasil247.com/ideias/raramente-vi-um-pais-onde-a-elite-tem-tanto-desprezo-pelos-pobres-como-o-brasil-diz-noam-chomsky>, Acesso em 01 de outubro de 2021.

CNN. “Marco temporal é a maior privatização de terras do país”, diz Ailton Krenak. Douglas Porto e Murillo Ferrari. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/marco-temporal-e-a-maior-privatizacao-de-terras-do-pais-diz-ailton-krenak/>. Acesso em 01 de outubro de 2021.

CONSELHO MISSIONÁRIO INDIGENISTA. **Reflorestar mentes de sonhos, afetos, soma, solidariedade, ancestralidade, coletividade e história**. Disponível em: <https://cimi.org.br/2021/09/reflorestar-mentes-de-sonhos-afetos-soma-solidariedade-ancestralidade-coletividade-e-historia/>. Acesso em 01 de outubro de 2021.

CORREIA, Jader de Figueiredo. Relatório Figueiredo. Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2013/04/19/interna\\_politica,361411/relatorio-figueiredo-que-mostra-exterminio-de-aldeias-e-encontrado.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2013/04/19/interna_politica,361411/relatorio-figueiredo-que-mostra-exterminio-de-aldeias-e-encontrado.shtml). Acesso em 13 de outubro de 2021.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Três peças de circunstância sobre direitos dos indígenas**. In: *Coletânea da UBU em ebook*. São Paulo: UBU, 2021. P. 15-44.

GARCIA, Maria Fernanda. **A luta do indígena brasileiro que preferiu a morte à escravidão**. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/a-luta-do-indigena-brasileiro-que-preferiu-a-morte-a-escravidao/>. Acesso em 01 de outubro de 2021.

JECUPÉ, Kaka Werá. **A terra dos mil povos – História Indígena do Brasil contada por um índio**. São Paulo: Peirópolis, 1988.

JORNALISTAS LIVRES. **Duas crianças Yanomami morrem sugadas por máquinas do garimpo em Roraima**. <https://jornalistaslivres.org/duas-criancas-yanomami-morrem-sugadas-em-rio-ocupado-por-maquinarior-de-garimpo-ilegal-em-rr/>, 14 de outubro de 2021. Acesso em 31 de outubro de 2021.

JUNQUEIRA, Carmen. **Os índios do Ipavu**. São Paulo: Alexa Cultural, Manaus: EDUA, 2019a.

JUNQUEIRA, Carmen. **Os Kamaiurá e o Parque Nacional do Xingu**. São Paulo: Alexa Cultural, Manaus: EDUA, 2018.

JUNQUEIRA, Carmen. **Sexo e Desigualdade entre Os Kamaiurá e os Cinta Larga**. São Paulo: Alexa Cultural, Manaus: EDUA, 2019b.

JUSTAMAND, Michel. **“Contribuições artísticas e socioculturais dos povos originários, as pinturas rupestres”**. *Revista de Estudos Amazônicos – SOMANLU*, ano 16, n. 1, jan./jul. 2016, P. 06-27.

JUSTAMAND, Michel. **“Respeitar o outro”**. *Revista de Estudos Amazônicos – SOMANLU*, ano 15, n. 2, jul./dez. 2015, P. 99-115.

JUSTAMAND, Michel; SOUSA, Sebastião Rocha de e PINTO, Maria Auxiliadora Coelho. **“O exemplo Ticuna na tríplice fronteira: Brasil, Colômbia e Peru”**. *Revista de Estudos Amazônicos – SOMANLU*, ano 17, n. 1, jan./jul. 2017, P. 120-147.

JUSTAMAND, Michel. **História, Luta e Resistência dos Povos Originários – de 1500 ao marco temporal**. In: BOUCHEVILLE, Gisele Cristina de; CIRINO, Carlos Alberto Marinho e RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Mundos Entrelaçados – perspectivas de si e do outro*. Rio de Janeiro: Autografia, em 2022.

JUSTAMAND, Michel; ALBUQUERQUE, Renan e VITTI, Vaneska Taciana. **Carmen e o Indigenismo**. São Paulo: Alexa Cultural, Manaus: EDUA, 2019a.

JUSTAMAND, Michel; ALBUQUERQUE, Renan e VITTI, Vaneska Taciana. **Carmen e os Kamaiurá**. São Paulo: Alexa Cultural, Manaus: EDUA, 2019b.

JUSTAMAND, Michel. **Comunicar e Educar no território brasileiro: uma relação milenar**. Embu das Artes: Alexa Cultural, 2012.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Cia. das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **“Marco temporal é a maior privatização de terras do país”**, In: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/marco-temporal-e-a-maior-privatizacao-de-terras-do-pais-diz-ailton-krenak/> , p. 01-04. Acesso em 31 de outubro de 2021.

MARTINS, Edilson. **Nossos índios nossos mortos**. Rio de Janeiro: CODECRI, 1978.

MONTEIRO, John Manuel. **Os negros da Terra – índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

MUNDURUKU, Daniel. **O banquete dos deuses. Conversas sobre a origem da cultura brasileira**. São Paulo: Angra, 1999.

PAIVA, Vitor. Davi **Kopenawa é eleito membro da Academia Brasileira de ciências**. Disponível em; <https://www.hypeness.com.br/2020/12/davi-kopenawa-e-eleito-membro-da-academia-brasileira-de-ciencias/> Acesso em 06 de outubro de 2021.

PREZIA, Benedito. **História da resistência indígena**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

PROENÇA, Gustavo. **Povos Indígenas: conheça os direitos previstos na Constituição. Carta Magna é considerada um marco na conquista e garantia de direitos**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos->

humanos/noticia/2017-04/povos-indigenas-conheca-os-direitos-previstos-na-constituicao, p. 01-03. Acesso em 02 de outubro de 2021.

RIBEIRO, Berta. **O índio na História do Brasil**. São Paulo: Global, 2001.

RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz. **Arqueologia em Roraima: histórico e evidências de um passado distante**. In: BARBOSA, Reinaldo Imbrozio (org.). *Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima*. Manaus: INPA, 1997.

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios. Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.